



# AGROECOLOGIA E SOBERANIA ALIMENTAR:

## Contribuições do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no Estado da Bahia

LEOMÁRCIO ARAÚJO DA SILVA



PPGEDUCAMPO  
Programa de Pós-Graduação  
em Educação do Campo / UFRB  
Movimento Institucional em Educação do Campo

UF B

**Cordel - No Semiárido: a peleja da Agroecologia contra o Agronegócio  
(Manoel Leandro e Erivan Silva).  
(adaptado).**

[...]

Com o vento soprando árvores,  
E o sol que me alumia,  
Planto o roçado ecológico,  
Que me traz muita energia  
Cuido da terra com as mãos  
Produzo alimentação  
Sou agroecologia.

[...]

O nosso povo nativo  
Está vivo e resistente.  
Tem força e sabedoria  
Guardada na sua mente.  
Tira o sustento da terra.  
Litoral, sertão e serra  
Cuidando de sua gente

[...]

Agronegócio é nojento  
Do latifúndio é irmão.  
Produzindo a transgenia  
Contamina nosso chão  
É da pequena agricultura  
A produção, a fartura  
Que alimenta a nação.

[...]

## Apresentação

O objeto deste trabalho foi identificar as contribuições do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) no processo de territorialização da agroecologia na luta pela construção da segurança e da soberania alimentar, a partir de experiências desenvolvidas por camponesas e camponeses organizados/as na base e nos territórios de atuação do MPA no estado da Bahia.

A pesquisa desenvolvida como requisito para conclusão do Mestrado Profissional em Educação do Campo abrigado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Silvana Lúcia de Silva Lima, teve como produto, a elaboração desta cartilha.

O MPA Bahia nasceu no ano de 2000 e hoje, no ano de 2023, tem uma militância organizada em 53 (cinquenta e três) municípios, localizados em mais de 17 (dezessete) territórios de identidade que se, autoorganizando a partir de 9 (nove) regionais<sup>1</sup>.

O coletivo da militância do MPA na Bahia reconhece centenas de experiências desenvolvidas nas comunidades. Tal reconhecimento se fez em inúmeros espaços e momentos de estudo, reflexão e planejamento. Contudo, havia uma fragilidade no registro e no arquivamento dos relatos das nossas experiências e, uma dispersão das informações e conhecimentos produzidos no interior da organização, um problema que motivou nossa pesquisa, sendo a Cartilha um instrumento de socialização com a base do movimento.

Considerando a inserção do autor no MPA durante estes 20 anos, o seu conhecimento e a responsabilidade junto às experiências, optou-se por uma pesquisa militante e politicamente engajada. É uma contribuição com a auto-organização do movimento e uma forma de compartilhar com os sujeitos que constrói a agroecologia na base e com a com a militância do Movimento, especialmente para aqueles/as que não tiveram ainda a oportunidade de percorrer a Bahia e vivenciar estas realidades, promovendo, como ponto de partida aqui a troca de conhecimentos pelo diálogo de saberes.

A agroecologia e a soberania alimentar cumprem um papel no pensar e agir na militância do MPA rumo a construção do projeto popular para o país e por isso apresentamos 14 experiências que dialogam com os aprendizados que dão a dimensão de nossas construção coletivas conectadas às práticas de manejos em sistemas de produção agroecológicos (sementes crioulas, extrativismo do dendê e do licuri, quintas produtivos, mandioca, biofertilizantes, galinha caipiras, café e apicultura), a sistemas de comercialização (Feiras agroecológicas, Raízes do Brasil), à relação com a extensão universitária na comunidade (Laboratório Vivo) e nossa inserção nas campanhas e práticas organizativas (Comunidade Quilombola, Mutirão contra fome e Rede de Agroecologia).

Que esta cartilha possa servir como fonte de informação, conhecimento e diálogos sobre as experiências populares desde os territórios campesinos.  
Boa leitura!

<sup>1</sup> Verificar tabela em anexo.

# 1.

## Breve memória da construção do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) na Bahia

O Movimento vem sendo construído em nível nacional desde meados dos anos de 1990, começando pelas regiões Sul, Norte e Sudeste brasileiro, chegando no início dos anos 2000 na região nordeste do país.

Nos relatos e em documentos o “Acampamento da seca”, no ano de 1996 em municípios do Rio Grande do Sul, marcam o início da trajetória do MPA, que reivindicavam a anistia das dívidas e novo crédito agrícola.

Figura 01 - Acampamento da Seca, MPA Rio Grande do Sul, 1996.



Foto: Arquivo do Frei Sérgio Gorgen.

O alcance desta mobilização inspirou agricultores/as de outras regiões do Brasil que se conectaram, inicialmente os/as agricultores/as de Rondônia e do Espírito Santo. A nacionalização do Movimento foi demarcada em seu 1º Encontro Nacional, realizado em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, em maio de 2000, contando com 280 lideranças, deliberando sob a forma organizativa do movimento e a necessidade de formar sua militância. Em 2003 foi realizado o 2º encontro nacional no

município de Ouro Preto, estado de Rondônia, com a representação de 17 estados. Em abril de 2010 acontece o 3º encontro nacional do MPA em Vitória da Conquista na Bahia com a participação de mais de 2 mil camponeses/as de 19 estados e 3 países, marcado pela forte participação das mulheres, da juventude, da construção do Programa Camponês e do lançamento da Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos, vale ressaltar que esta campanha nasce da plenária das mulheres. Em outubro de 2015 na cidade de São Bernardo do Campo, no Pavilhão Vera Cruz, São Paulo, foi realizado o 1º Congresso Nacional do MPA com o lema *Aliança Camponesa e Operária por Soberania Alimentar* (MPA, site institucional), com a participação de cerca de 5 mil camponesas/es de mais de 20 estados brasileiros e lideranças da Via Campesina Internacional. Destacando as presenças políticas da atual Presidente da República Dilma Rousseff, do Ex-Presidente Lula e do saudoso Clodomir de Moraes.

Figuras 02, 03, 04, 05 - I Congresso Nacional do MPA Brasil, 2015.



Fonte: MPA Brasil, 2015.

As figuras acima revelam como este percurso foi sendo demarcado por inúmeros desafios, mas também por importantes conquistas para a base camponesa, desde Programa Nacional de Apoio a Agricultura

Familiar (PRONAF) ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), a construção do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), dentre outras.

O MPA vem amadurecendo a necessidade de um “projeto estratégico” para o campesinato brasileiro desde 2002, apelidado de Plano Camponês, como afirma o GORGEN (2013), “o MPA tinha reivindicações de sentido estratégico, mas faltava um Plano, um projeto”. Nesta perspectiva, o MPA articula, nacionalmente, mais de 100 intelectuais que contribuíram na elaboração, resultando na produção inicialmente da obra, *Campesinato no Século XXI* (2005), sob organização do Professor, Doutor, Horácio Martins de Carvalho e posteriormente uma coletânea com 10 tomos sobre a História Social do Campesinato (2009), material que subsidia a compreensão do campo brasileiro até os dias atuais. Foi na Bahia aconteceu o 1º Encontro Nacional de Educação - em novembro de 2006, na cidade Senhor do Bonfim; o 3º Encontro Nacional do MPA, realizado em abril de 2010 na cidade de Vitória da Conquista (MPA Bahia, 2018) e; a Jornada de Lutas Nacional contra a Monsanto iniciada na Cidade de Petrolina - PE e concluída na cidade de Juazeiro - BA (2013).

- Inicia na Bahia, em 1999, por intermédio de lideranças da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), a partir da Diocese de Vitória da Conquista, sudoeste do estado, onde se buscava articular as diversas comunidades camponesas da região para fazer frente a ameaças comuns, podendo citar a chegada das empresas de celulose. Em 2002 se expande para região norte da Bahia, na Diocese de Senhor do Bonfim por intermédio da CPT, que já vivenciava um processo similar, no sentido de construir uma organização própria dos pequenos agricultores/as. Em 2014 inicia sua construção na Região do

Recôncavo, em 2019 avança para o Baixo Sul e, em 2020 inicia a construção em municípios da Chapada Diamantina. Paralelamente, o MPA realizava o trabalho de base junto às lideranças camponesas nos municípios mais distantes de sua área de atuação e, relativamente dispersos no estado da Bahia, como Morpará, Tapiramutá, Paulo Afonso, região de Itabuna e Juazeiro, nos quais não houve uma consolidação organizativa. Se fazendo presente em 17 (dezessete) Territórios de Identidade da Bahia e 53 municípios<sup>2</sup>, nos quais encontram-se as experiências que serão abordadas a seguir.

Nesta trajetória, a agroecologia vem sendo desenvolvida pelo MPA como um modo de ser, viver e produzir, tendo como referência um modelo sócio produtivo que respeita e se relaciona com a natureza, prezando pela produção de alimentos saudáveis e o abastecimento popular como a sua linha principal de atuação. Entende que a agroecologia não se efetiva, desvinculada de sistemas camponeses de produção interligado aos sistemas de abastecimentos que envolvem o campo e cidade. Assim,

O MPA defende um processo sistemático de transição para a Agroecologia, superando o modelo degenerativo imposto pelo agronegócio e o pacote da revolução verde, imposto duramente pelas grandes empresas e o Estado às famílias no campo, há anos esse modelo já demonstra suas debilidades e seus impactos à saúde e a vida do planeta, a transição para a agroecologia é uma necessidade para retomar o equilíbrio ambiental, e garantir de fato alimentos com qualidade para o povo. (MPA, 2017)

É guiado por esta leitura que a militância, as mulheres e homens organizados no MPA se movimentam e constroem experiências que cumpram um papel pedagógico nos processos de lutas territoriais no pensar soberania e agroecologia, como estas que serão abordadas neste trabalho.

<sup>2</sup> Verificar tabela em anexo.

## 2.

### Experiências territoriais do MPA: semeando agroecologia por mãos camponesas.

#### 2.1. Sementes Crioulas:

Plantar, colher, selecionar, doar, guardar, reproduzir as sementes crioulas, nativas, as sementes da terra foi historicamente um costume camponês. No semiárido, a prática do estoque se funda sobretudo pela previsibilidade dos ciclos anuais de estiagens incumbindo ao povo do campo a necessidade de manter seu estoque familiar de sementes para assegurar o próximo plantio. De modo geral as comunidades camponesas tem mantido um número relativamente grande de variedades locais e tradicionais (SUBEDI et al. 2007), também conhecidas como sementes crioulas, que contribuído para a preservação deste valioso patrimônio genético, definido pela Via Campesina em como *Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*.<sup>3</sup>

Pode se definir sementes crioulas como aquelas que não sofreram mudanças genéticas, incluindo a transgenia, e recebem este nome porque historicamente foram manejadas por comunidades camponesas, indígenas e tradicionais. Para além de um código genético, estas sementes representam a cultura e o modo de viver das comunidades (TRINDADE, 2006), estando associadas também às práticas tradicionais de manejo dos agroecossistemas<sup>4</sup>. As sementes crioulas que

<sup>3</sup> Uma campanha formalmente lançada em janeiro de 2003 durante a realização do Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS) no Brasil.

<sup>4</sup> Para este trabalho, admite-se o conceito de agroecossistema como um ecossistema modificado pelas práticas humanas, por meio do conhecimento, organização social e dos valores culturais, sendo um produto da coevolução entre as sociedades humanas e a natureza (CASADO et al., 2000).

aqui tratamos, refere-se também às mudas, os animais, as ervas medicinais, as plantas ornamentais, enfim todas as espécies preservadas pelos camponeses/as garantindo o auto sustento e bem estar das famílias e da comunidade que assegura o legado passando de geração para geração.

Figuras 06 e 07



Fonte: MPA Brasil, 2021.

Na contramão disto, os *moldes operandi* do agronegócio a partir da revolução verde tem trabalhado para tirar do campesinato a autonomia, o controle deste patrimônio histórico e coletivo, assim,

“(...) as multinacionais da agricultura química têm que eliminar centenas de sementes para patentear apenas uma. Esta eliminação de tantas variedades é um atentado aos camponeses e à humanidade, pois, ao se destruir essas variedades, se reduz a biodiversidade, nos tiram riqueza alimentar e cultural mundial. Além disso, as multinacionais buscam vincular suas sementes a toda cadeia de produção agrícola, para dominá-la com seus insumos. As sementes têm muitos significados que unem a humanidade. Nelas há ciência, espiritualidade, sabedoria. Tudo isto perdemos quando perdemos as sementes, inclusive o direito de continuar sendo camponês” (Francisca Panha, 2013).

É neste contexto de antagonismo entre o Agronegócio e o Campesinato, que o MPA embasando-se no saber ancestral e com muita

segurança do que significa ter o controle das sementes crioulas sob a guarda camponesa para autonomia dos povos, que tem se dedicado a fortalecer processos de resistência e de superação no sentido de, ao mesmo tempo, garantir sua existência frente à ofensiva do capital no campo em seus diferentes aspectos, e seguir semeando vidas no intuito de colher uma verdadeira autonomia e liberdade. Assim, sustentamos a indispensável relação entre as sementes crioulas, a agroecologia e a vida.

Figuras 08 e 09



Fonte: MPA Brasil, 2021.

agroecologia sem fazer a conexão direta e especial com as mulheres camponesas que tem sido ao longo dos tempos alicerce para a Soberania Alimentar, onde, a partir do que define a Via Campesina, a soberania alimentar é,

[...] o direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses de produção de comercialização e de gestão, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (VIA CAMPESINA, 1996).

Por esta compreensão que daremos destaque a experiência da família da Sr<sup>a</sup> Adeline Pereira dos Santos, popularmente conhecida como Dona Nice, uma mulher, guardiã e multiplicadora. Reside no distrito de Paraíso, município de Jacobina – Bahia onde cultiva suas sementes na comunidade de Tamburil. A trajetória de Dona Nice, assim como a de milhares de mulheres do interior foi traçada pela relação direta com a roça numa perspectiva do cuidado, do zelo com a terra, com as sementes. Foi participando do MPA, que percebeu o qual valioso era seu trabalho em selecionar e guardar as sementes crioulas. “Foi o MPA que me mostrou o quanto é importante a doação e troca das sementes para que as outras pessoas possam também cultivar e seguir multiplicando cada tipo”.

No segundo Festival de Sementes Crioulas da Bahia realizado pelo MPA na cidade Brumado realizado em (2017), que Dona Nice teve o reconhecimento no plenário como a família da base do movimento na Bahia com a maior variedades de sementes em seu estoque, na sua casa de sementes cerca de 210 (duzentas e dez) variedades, desde hortaliças, frutíferas, nativas, medicinais, feijões, milhos, legumes, verduras... enfim, uma grande e bonita diversidade. Em seu sistema camponês, ela utiliza de duas pequenas áreas, uma de sequeiro onde são plantadas as sementes mais resistentes ao período de estiagem como o andu, mangalô, as medicinais, e uma outra parcela irrigada localizada perto de um rio utilizada para as que demandam mais de água a exemplo da melancia, hortaliças dentre outras.

A sua dedicação e atenção ao trabalho com as sementes tem lhe proporcionado muitas trocas, socialização da experiência/vivência a partir intercâmbios e eventos. Em 2018 ela e sua família receberam a visita de uma Caravana Internacional da Via Campesina, composta por representações de 5 (cinco) países dos continentes Americano, Europeu,

Asiático e Africano com propósito de conhecer o trabalho com as sementes crioulas realizado pelo MPA. E na visita a Dona Nice queriam entender como ela produzia e armazenava tantas sementes no semiárido e ela dizia que:

*“trabalhar com as sementes a gente aprende, entendemos como ela quer ser produzida não precisa de veneno, o que precisa é nós ter nossas sementes guardadas e adaptada ao nosso clima”.*

### Figuras 10 e 11



Fonte: MPA Brasil, 2021.

● Demonstra satisfação ao ser convidada para expor sua prática através da participação em eventos, participando de 4 (quatro) feiras de sementes e 3 (três) exposições de caráter estadual. Tem sido reconhecida com algumas homenagens em reconhecimento pela sua disposição e gosto por ser uma guardiã multiplicadora de Sementes Crioulas. A sua neta Jucimaria Santos que integra a militância do MPA, tem bebido dos saberes de seus avós e considera que:

*“tem sido um aprendizado porque a gente sabe hoje que uma parte da juventude não tem o interesse de permanecer na roça porque não tem o incentivo, pra mim, nesse momento eles são o incentivo que eu precisava”.*

Jucimaria tem fortalecido e incentivado a prática de sua família em

ter assumido a missão de guardiãs das sementes crioulas. Elas têm avançado na transição do uso de insumos adquiridos no mercado para os bio insumos produzidos em seu sistema camponês, gerando conhecimento, enriquecendo a sua biodiversidade e propagando um patrimônio genético ancestral em seus espaços de vivência (local e no interior do movimento).

São experiências como a da família de Dona Nice que articulada a centenas de outras famílias organizadas no MPA Bahia, que desenvolvem este cuidado com as sementes crioulas a partir da condição de cada uma que se constrói e fortalece uma grande rede estadual de sementes na Bahia. Esta rede, tem aumentado seu espaço junto a sociedade e ao conjunto de organizações com interesse no tema, e tem conquistado o apoio do Governo da Bahia, a partir de convênios executados pela Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAESBA) e a Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa da Bahia (CPC BA) os quais viabilizaram a implantação de 16 campos de sementes, 15 bio água<sup>5</sup>, 09 canteiros da agrobiodiversidade, 5 sistemas agrícolas resilientes<sup>6</sup>, e 18 núcleos de raças de capoeira<sup>7</sup> (aves) para resgate e multiplicação de aves caipiras.

<sup>5</sup>O sistema de Bioágua Familiar é uma tecnologia social de convivência com o semiárido. Desenvolvido para potencializar a agricultura familiar, o Bioágua dá uma destinação social e ambientalmente correta à água normalmente descartada no solo após o uso nas residências (banho, lavagem de pratos, de roupas, pias). O Sistema filtra as águas cinzas domésticas direcionando-a para um quintal produtivo diversificado e agroecológico, permitindo, desta forma, que pequenos agricultores, que contam com chuva para o plantio durante apenas três meses do ano, possam ter um cultivo diversificado e permanente. Disponível em: <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/sistema-de-bioagua-familiar>.

<sup>6</sup>Contribuir na ampliação da sustentabilidade e resiliência dos agroecossistemas e fortalecem a estratégia de produção de sementes e de forragem para a criação animal (Plano de Trabalho Projeto Redes de Sementes Pró Semiárido/CAR e CPC Bahia).

<sup>7</sup>São raças de galinhas (aves) crioulas historicamente criadas pelas comunidades.

O MPA busca realizar anualmente o Festival Estadual das Sementes Crioulas, já está em sua 3ª edição realizado a cada ano em cidades e regiões diferentes do estado buscando visibilizar e seguir tecendo a rede de guardiões e guardiãs da agrobiodiversidade do estado da Bahia.

Os desafios permanecem, e as ações ligadas a agroecologia são ferramentas não só de garantir a permanência e vida no campo, mas de fortalecer o elo entre o campo e a cidade através da alimentação saudável embutida de relações que perpassam por princípios e valores que alimentam também nosso modo de viver, de ser de agir na construção de uma sociedade justa, igualitária, solidária. Cada um/a de nós somos sementes desse caminhar e que precisa germinar e semear novas sementes para que se prolifere permanentemente a vida.

Um dos maiores desafios registrados no último Festival Estadual das Sementes Crioulas realizado mês fevereiro de 2023 foi o alto índice de contaminação por sementes transgênicas, especialmente do milho, somado a este desafio está a ausência de um programa ou política pública que apoie o trabalho de resgate, conservação e multiplicação das sementes crioulas, vale destacar que o MPA tem sido protagonista junto a um conjunto de outras organizações parceiras, a exemplo da Articulação Nacional do Semiárido (ASA), o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP) e Teia dos Povos da Bahia na construção de um Programa Estadual de Sementes Crioulas sob encomenda do atual Governador da Bahia, Sr. Jerônimo Rodrigues, à época Secretário do Desenvolvimento Rural (SDR).

Figuras 12 e 13: Dona Nice em seu Banco de Sementes Crioulas



Fonte: Arquivo MPA Bahia, 2021.

## 2.2. O extrativismo do dendê e do Licuri:

A exploração irracional da natureza pautado pelo falido modelo de desenvolvimento, tem agravado expressamente a crise ambiental. Os moldes operandi do capital no campo que compreende a natureza com mera matéria prima e obstáculo ao “desenvolvimento” vem sendo enfrentado com muita resistência inicialmente por um movimento ambientalista, mas também por uma frente ampla que busca conciliar a preservação da biodiversidade extraíndo renda com a mata em pé, enfatizando a prática de manejo florestal, a ecológica, valorizando os saberes históricos e ancestrais da população avançando no diálogo e integração com o conhecimento científico, fortalecendo a cultura do extrativismo.

O extrativismo tem sido prática histórica de centenas de comunidades baianas as quais destaco a Comunidade Quilombola do Engenho da Ponte no município de Cachoeira com o manejo extrativista do Dendê e de comunidades dos Territórios Piemonte da Diamantina, Piemonte Norte do Itapicuru e da Bacia do Jacuípe com o extrativismo do Licuri.

O Quilombo Engenho da Ponte constituído por mais de 80 famílias, tem o extrativismo e a pesca artesanal como suas principais fontes de renda. A extração do azeite do Dendê tem sido marca cultural, econômica, cultivado pela ancestralidade do povo preto daquela região, atividade cultuada e preservada pelos/as desde os mais velhos/as, sendo base para manutenção das famílias quilombolas a partir da Mata Atlântica preservada.

Essa iniciativa visa fortalecer o desenvolvimento comunitário e a participação das mulheres e jovens em atividades, tais como; a feitura de azeite e também e formação como seminários e oficinas onde os quais

aperfeiçoaram seus trabalhos, gerando renda para as famílias, autonomia da comunidade, esses são aspectos que garante a permanência dos sujeitos no campo, perto de seus familiares, e assim mantém as relações, a tradição, ancestralidade e sua forma própria de viver em comunidade. A colheita do dendê é feita de modo extrativista em áreas deixadas pelos/as remanescentes. Os cachos de dendê após colhidos, são conduzidos através de animais até a estrada, onde são recolhidos pelo trator da Associação e levados até as residências onde são cozidos e macerados, manualmente, em pilão de madeira.

### Figuras 14, 15, 16 e 17: experiência do DENDÊ



Fonte: Arquivos do MPA, 2019.

Um trabalho que requer muitos cuidados e auto organização, pois esta atividade é desenvolvida, em sua grande maioria, pelas mulheres e juventude do quilombo que está organizada no MPA, onde a partir do movimento tem fortalecido e afirmado a presença, a existência, a visibilidade de uma comunidade cheia de experiências, que tem se fortalecido sua identidade, na preservação socioambiental, na luta pelo território e a resistência do modo de vida quilombola e pela agroecologia.

No centro norte da Bahia em municípios dos territórios de identidade do Piemonte da Chapada Diamantina, do Piemonte Norte do Itapicuru e Bacia do Jacuípe tem buscado visibilizar a cultura extrativista do Licuri a partir da Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina (Coopes) a qual tem buscado valorizar as “quebradeiras” de Licuri que tem nesta atividade um complemento significativo da sua renda familiar. O Licuri tem sido uma palmeira colocada em risco de extinção

especialmente pela expansão da atividade pecuária neste território.

A Coopes, desde o ano de 2005, tem dedicado com ampla relação de parceria desde a organização local (comunidades), movimentos sociais, instituições de ensino e pesquisa pública e privada, instituições governamentais no âmbito estadual e federal, junto a ativistas ambientais, setores da gastronomia etc., construindo estratégias para agregar valor ao Licuri, para enriquecimento do cardápio e da culinária mas também na linha dos cosméticos, o que tem dado visibilidade pelo retorno econômico direto para as famílias e sua organização que aumentam cotidianamente sua rede de proteção ao Licuri. Este trabalho tem resultado em projetos de Lei Estadual e municipais de proteção a esta cultura.

Esta movimentação tem gerado consciência para o conjunto sócio organizativa deste trabalho na região, desde a abordagem do tema em espaços escolares aos processos preparatórios dos Festivais do Licuri que ocorrem anualmente os quais repercutem em uma frequente aproximação entre os diferentes grupos parceiros citados acima, num importante trabalho de base formativo junto as comunidades diretamente envolvidas. Este trabalho tem um alcance expressivo mais de 10 municípios.

Este trabalho tem conquistado apoio razoável do governo da Bahia através da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR) vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR).

O MPA tem base organizada no território do extrativismo do Licuri, muitas das famílias e lideranças envolvidas no processo são orgânicas ao Movimento, o Quilombo de Várzea Queimada, município de Caém sediou a 10ª edição do Festival do Licuri, bem como as lideranças do Movimento tem participado ativamente na organização do processo de mobilização e realização dos Festivais.

Figuras 18, 19, 20 e 21



Fonte: Festa do Licuri, 2017.

Ambos os trabalhos quanto do Licuri quanto do Dendê são imbricados de muita sabedoria popular, de muita ciência e organização popular repercutindo em preservação e reconstituição da natureza, do aumento do extrativismo e da renda para as famílias e comunidades que e dispõe ao zelo, cuidado e cultivo correto do Licurizeiro.

### 2.3. Quintais agroecológicos

Produzir no entorno de casa, faz parte do costume camponês, especialmente no semiárido. Seja pela capacidade de cuidado, devido à proximidade do espaço e no cotidiano poder observar os predadores, mas sobretudo poder regar as folhosas, adotando muitas vezes reuso das águas, mesmo sem o devido tratamento. O fato é que as famílias no semiárido costumam adotar o que passou-se a chamar quintais agroecológicos, e neste trabalho, destaca-se o quintal agroecológico do jovem militante do MPA, Edson Rocha e da jovem Elísia Ribeiro, localizada na comunidade de Humaitá, município de Guajerú, sudoeste da Bahia (importante dizer que o município onde o casal instalou seu sistema camponês de produção não tem base consolidada do Movimento dos Pequenos Agricultores). Esta experiência está posicionada no Alto Sertão apresenta clima Semiárido tendo a Caatinga como vegetação

Figura 22



Fonte: Arquivo MPA Bahia, 2021.

predominante.

Depois de alguns anos em busca de conhecimentos, através da Escola Família Agrícola, como militante do MPA, trabalhando junto a algumas entidades e concluindo o curso de Tecnologia em Agroecologia na UFRB veio o anseio de desenvolver no quintal atividades geradoras de qualidade de vida por meio de uma produção de alimentos saudáveis respeitando os princípios agroecológicos. Que através do MPA incentivos à soberania alimentar vem transformando a realidade de muitas famílias no contexto social e econômico, buscando a diversidade na produção e destacando a importância da mulher nesse processo.

A prática do quintal agroecológico, além de garantir uma produção diversificada de alimentos saudáveis para o consumo, vem contribuindo também para geração de renda com a participação de toda família.

O desafio no início da atividade foi transformar uma área aparentemente degradada em um espaço produtivo com a maior diversidade de vidas possível. A atividade foi iniciada em meados do ano de 2018, o primeiro passo foi recuperar a cobertura vegetal do solo, pois o mesmo encontrava muito escasso de matéria orgânica. Depois foram introduzidas diversas variedades de plantas frutíferas, nativas, forrageiras e hortaliças. Foram incorporados no solo composto orgânico, biofertilizantes e esterco de animais, utilizamos também o feijão de porco e a mamona como adubação verde, que contribuíram para o aceleração no processo de recuperação do solo. Agora já no segundo ano o resultado da experiência é satisfatório, o solo responde com uma boa produção que é destinada ao consumo da família e o excedente é comercializado. Para o controle de pragas dentro do sistema utilizamos defensivos naturais como a folha do nim, urina de vaca, calda da mamona, além da implantação no quintal de plantas repelentes e plantas medicinais que também contribuem no controle dos insetos.

Nota-se que é necessário avançar na produção de alimentos saudáveis, pensando na soberania alimentar da população, no modelo agroecológico que se apresenta como uma produção que pensa na vida, da natureza como um todo, visando um agro ecossistema resiliente, com grande poder regenerativo e com grande diversificação.

**Figuras 23, 24 e 25: início das atividades (2017)**



**Figuras 26, 27 e 28: fase posterior aos experimentos (2021)**



Fonte: arquivo da CPC/BA, 2021

## 2.4. A cultura da mandioca como elo entre moradores e gerações nas comunidades

*“É preciso contar o sonho de quem quer plantar semente”*

O grupo de produção Terra e Sabores é constituído por 13 jovens camponeses/as da comunidade de Capoeiras município de Cansanção -BA. Surgiu em 2010, e desde o seu início os membros trabalham com o beneficiamento da fécula e farinha da mandioca, esta que há muito tempo faz parte da cultura de muitas famílias da região. Este trabalho sempre teve a Senhora Josefa Maria de Oliveira, conhecida como Dona Zefa, como animadora e na dianteira deste trabalho.

A matéria bruta (mandioca) é cultivada na comunidade e comprada das próprias famílias e moradores a um preço justo. O processamento é realizado pelos jovens e membros das famílias em forma de mutirão. Através do “preparamento”, como chamado na comunidade, se obtém vários produtos da mandioca como a farinha e fécula que depois de transformadas são realizados alguns derivados: beiju, farinha granulada de tapioca etc.

A comercialização destes produtos são efetivadas na própria comunidade, na feira livre do município de Cansanção, em feiras da agricultura familiar e para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Assim, percebemos a importância da autonomia que é gerada através do grupo, e também a diversidade de possibilidades em que a cooperação pode contribuir tanto para a renda destas famílias, quanto o ensinamento que é passado de pais para filhos, e neste processo a cultura perpetua-se ao longo destes anos fortalecendo a presença juvenil na comunidade de Capoeira.

Outra perspectiva de análise é a valorização da cultura da mandioca na comunidade, porque contribui no fortalecimento desse

cultivo agregando valores para as famílias, já que a matéria prima é proveniente da própria localidade. É com isso o grupo vive a prática da agricultura camponesa produzindo para gerar renda, mas, também gerar a oportunidade de as famílias consumirem esses alimentos saudáveis produzidos e beneficiados localmente fruto de um trabalho coletivo. Dessa forma, fortalece a permanência da juventude no campo e a continuidade de vida nesse meio, interagindo e preservando a cultura popular, além de reforçar práticas afetivas com a mãe terra.

A fim de reforçar os princípios da agroecologia – a qual organiza-se através da permanência e resistência das famílias no campo, onde a juventude valoriza e amplia os conhecimentos populares dos povos camponeses, e com essa noção aderem a um trabalho agroecológico, “produzindo alimentos saudáveis sem agrotóxicos, com a certeza de que o que está no centro são as vidas, ao contrário do agronegócio que domina as culturas de alimento estabelecendo padrões de produção visando sempre o lucro e não o bem viver das pessoas e da natureza” como afirma a uma das jovens lideranças Claudia de Jesus, conhecida popularmente como Claudinha do MPA.

Portanto, o MPA tem sido muito importante nessa experiência, porque através das lutas, formações e organização nossa juventude local começou a pensar criticamente, entendendo o seu lugar como de direito. Os jovens engajados no grupo resistem no campo lutando em defesa do território em defesa da vida e assim fortalecendo o campesinato, resistindo e construindo alternativas produzindo alimento, construindo laços de cooperação, valorizando os conhecimentos dos seus mais velhos, engajando a juventude especialmente as mulheres a seguirem praticando a agroecologia naquele território.

### Figuras 29, 30 e 31: Processamento da mandioca.



Fonte: fotos cedidas pela comunidade, 2019.

Assim como em Capoeiras (Cansanção) a mandioca tem sido historicamente uma cultura relevante para a renda de inúmeras comunidades camponesas do interior da Bahia, muito embora seu cultivo tenha sofrido uma redução nos últimos anos por consequências da subvalorização econômica, mas sobretudo do desafio que é viabilizar o acesso a equipamentos que reduza a penosidade do trabalho da chamada “casa de farinha”.

Desafio colocado está em como fortalecer a cultura da mandioca e o preparo da “farinhada” com a inovação tecnológica que já dispomos, assegurando um valor fundamental que está em torno dos mutirões, do trabalho popular, voluntário e coletivo subtraindo o trabalho braçal com riscos de exaustão, agregando valor, produzindo novos subprodutos valorizando a cultura e enriquecendo o cardápio popular da região. Outro desafio importante está no resgate e multiplicação de variedades de rama da mandioca (manivas/sementes) que tem se restringido a alguns grupos ou localidades da Bahia. A cultura da mandioca, remonta sobretudo a memória da coletividade das famílias, das comunidades, do território. O MPA tem buscado fortalecer os grupos que cultivam a mandioca, resgatando variedades no trabalho associado ao trabalho com as sementes crioulas e articulando a organização local para acessar o recurso público para fortalecer seus processos em nível territorial.

## 2.5. Programa de Formação em Agroecologia no Assentamento Terra Nossa, Ponto Novo - BA.

Considerar que estamos vivenciando no Brasil, um processo assustador de submissão e dependência dos insumos externos, com o uso cada vez maior de agrotóxicos, com produtos de alta periculosidade para a saúde humana e ao meio ambiente, tem sido razão para um reconhecimento da sociedade e ainda de poucas lideranças políticas a escutarem uma demanda histórica de organizações e movimentos sociais para construir ferramentas que garantam a produção de alimentos saudáveis acessíveis a toda sociedade fomentado pela política pública. Um sinal importante foi a construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) instituída em 2012, que tem desde então oscilado bastante conforme a conjuntura política do Brasil. Enquanto isso, no nível local cada organização tem se esforçado para realizar o que está a seu alcance.

Com ênfase num processo de formação, o militante do MPA, Enisson Rocha toma a iniciativa de inovar e experimentar práticas de produção e uso dos bio insumos com a intenção de avançar na estratégia do Movimento em intensificar a transição agroecológica no Assentamento Terra Nossa – PA Pajeú, município de Ponto Novo. Este perímetro envolve diretamente mais de 200 famílias, sendo destas 60 famílias diretamente organizadas no MPA e no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com lotes familiares medindo 5 hectares cada um. Onde o uso agrotóxicos acontece como prática comum e necessária, ou seja, o desafio para o trabalho de transição neste território se torna um tanto mais delicado. Este espaço desde o ano de 2002 quando inicia a implantação tem sido historicamente disputado pelo pacote químico do agronegócio, mesmo para os casos mais simples e

comuns na produção em áreas de sequeiro, até situações mais complexas nos lotes irrigados.

A experiência tem sido liderada pelo Enisson Rocha, assentado no mesmo assentamento e estudante de Agroecologia pela Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) em parceria com a Escola Família Agrícola do Sertão (EFASE) de Monte Santo. Enisson, construiu e desenvolveu junto às demais famílias assentadas um programa de capacitação que incluiu a realização de oficinas para dialogar sobre as práticas agroecológicas e a produção de biofertilizante com método participativo.

As oficinas tiveram uma participação expressiva dos moradores do assentamento, atraindo também um público externo, que vislumbra os benefícios e possibilidades de produzir biofertilizantes e utilizar suas unidades gerando economia e enriquecendo seus sistemas de produção, além de eliminar a utilização de agrotóxicos e adubos químicos, prática ainda forte dentro do perímetro irrigado.

Esta ação resultou na construção de uma demanda que se tornou pauta do MPA junto ao Governo da Bahia a estruturação de uma Pequena Unidade de Produção coletiva de Biofertilizantes no Assentamento Terra Nossa, com objetivo de dispor de defensivos naturais, que auxiliam no controle e equilíbrio dos inimigos naturais, além de ser um espaço para promover diálogos voltados para o aprimoramento de sistemas de produção agroecológica.

O Programa de Formação foi concebido em espaços coletivos de construção junto à base assentada perpassando pela: problemática na região, troca de experiências, oficinas práticas do fazer agroecologia, diálogos entre conhecimento popular e conhecimento científico. Este caminhar gerou desafios e resultados importantes considerando o contexto emblemático onde se localiza o Assentamento e a fase atual das

famílias neste espaço.

**Alguns desafios, que avaliamos importantes serem registrados:**

- Descompasso das compreensões entre as famílias assentadas;
- O imediatismo impregnado na formação das pessoas;
- Ausência de Políticas que subsidie projetos Agroecológicos;
- Organização interna com foco na formação e planejamento dos agroecossistemas familiares e coletivos da área;
- Principais resultados alcançados
- Agitação do tema no interior do perímetro irrigado;
- Fortalecimento das práticas agroecológicas no interior do assentamento;
- Avanço no envolvimento das Mulheres Assentadas;
- Expressiva participação da Juventude, filhos e filhas de Assentados;
- Construção de demandas concretas que indicam passos importantes no empoderamento da comunidade, a saber:
  - Práticas de bioconstrução;
  - Oficina e cultivo de plantas medicinais;
  - Planejamento dos sistemas familiares;
  - Intercâmbios entre famílias;
  - Oficinas agroecológicas;
  - Resgate e multiplicação de sementes crioulas;
  - Beneficiamento da produção e comercialização;
  - Enriquecimento da culinária com as plantas nativas da Região.

**Figuras 32, 33, 34 e 35: Oficina de produção do Biofertilizante**



Fonte: arquivo cedido pela comunidade Terra Nossa, 2020.

Deste processo de formação ficam muitos aprendizados, dentre eles que no sistema camponês é possível dispor de importantes recursos que gera economia para a família, que ao invés de matar preciso gerar equilíbrio entre os organismos vivos do sistema e que o agroquímico aumenta o desequilíbrio, e que para avançar nesta prática é necessário disposição da comunidade, construir parceria com as instituições de pesquisa e ensino, construção de unidades de referência em Bioinsumos e construir uma política desde os governos municipais, estaduais e federal que fomente, regule e incentive a produção de Bioinsumos no Brasil.

Na Bahia o MPA está em fase de implantação de uma Unidade de Produção de Bioinsumos no município de Ribeirão do Largo com apoio do governo da Bahia, inspirado em práticas do movimento nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul e o estado de Rondônia.

## 2.6. Feiras Agroecológicas

Diene Sena Lima, é uma jovem que assim como tantos outros optou por buscar melhores condições de vida na cidade (São Paulo) depois de sete (7) anos, retorna para sua cidade (Cândido Sales) e inicia sua militância no MPA, onde por intermédio do movimento tem contato com o debate da Soberania Alimentar tomando a Agroecologia como desafio e modo de viver. Seu contato com o conteúdo e sobretudo com as diversas experiências que a organização lhe permitiu conhecer na Bahia e em outros Estados, lhe instigou a fortalecer práticas históricas de cuidado com a terra que seus pais e irmãos, que desenvolvem ao longo do tempo. Com muita energia, fortalecem a prática agroecológica em seu sistema camponês produção, conectando e construindo uma rede de consumidores (2019) na própria cidade de Cândido Sales, especialmente, pessoas idosas, mães em estágio de amamentação e jovens que frequentam academias, que tem aderido crescentemente ao consumo de uma diversidade de produtos saudáveis que a família Sena tem colocado à disposição seja por meio da Barraca Camponesa na Feira Agroecológica, seja por meio de entrega a domicílio a qual tem ganhado mais espaço especialmente nesta crise da Pandemia causada pela COVID -19.

A família composta por cinco pessoas, também se articula e fornece todas as sextas feiras frutas, verduras, derivados da mandioca e ervas medicinais para a Rede Bem Viver na Cidade de Vitória da Conquista - BA. Dentre os produtos, elas tem produzido também o tempero pronto, o qual tem ganhando um público crescente. Todos diretamente envolvidos no ciclo total do processo desde o cuidado com a terra, com as águas, com as plantas com os bicho, com o cultivo desta diversidade e oferta de alimentos tão preciosos para a saúde humana e da natureza. Esta experiência tem garantido sua sustentação e cada vez mais qualificado as

condições de vida e firmado a cada dia a esperança da jovem de não mais precisar sair da região em busca de renda e com o sentimento de estar oportunizando a inúmeras famílias que não tem as condições de produzir o direito a um alimento saudável.

Ao tempo que o sitio da família tem gerado cotidianamente aprendizado para eles e para os que têm tido a oportunidade de conhecer esse sistema de produção e de trabalho que contempla valores fundamentais como o respeito a aspectos geracionais e de gênero. Sabe-se que assim como a família desta jovem, centenas de outras famílias de norte a sul da Bahia estão fortalecendo sua atuação no campo, enriquecendo seus sistemas de produção e conectando em redes de comercialização autônomos como a Rede Raízes do Brasil e construindo engajamento sócio organizativo, pautando políticas públicas que assegurem a juventude no campo e que negue e se contraponha as práticas violentas do Agronegócio pela prática agroecológica.

**Figura 36: Feira em Cândido Sales** **Figura 37: Feira povoado do Junco/JA**



Fonte: arquivo CPC Bahia, 2020.

Ficam alguns desafios, da construção de políticas que fomentem a produção agroecológica, fortaleça a circulação da produção de alimentos saudáveis no comércio local, que as prefeituras e ou grupos avancem na logística e que torne a Feiras Agroecológicas um processo permanente.

## 2.7. Galinha Caipira na renda e no sistema de produção familiar

Dentre as diversas atividades tradicionais nas famílias camponesas, está a criação de galinha caipira, feita geralmente, em sistema extensivo ou sistema semi-intensivo. Para Rodrigo Santos, conhecido como Igor, jovem filho de família agricultora e formado em Técnico Agropecuária pela Escola Família Agrícola de Jaboticaba (EFAJ) – Quixabeira Ba, engajou-se no MPA ainda na fase de estudante e logo na sequência se empenhou na luta pela Reforma Agrária, aderindo ao Acampamento Terra Nossa no Perímetro Irrigado em Ponto Novo (2013), ocupação liderada pelo MPA Bahia, atualmente constituído Assentamento da Reforma Agrária.

Assentado, traz consigo um acúmulo dos conhecimentos adquiridos e vivenciados na base familiar e especialmente o conhecimento teórico e prático construídos na EFA os quais encontra portas abertas em uma área subdividida em dois lotes com uma área total de 9hc de sequeiro e 2 irrigados (em fase de implantação). Ele inicia o cultivo e criação ao redor de casa com recursos próprios e na luta pelo acesso às políticas cujo assentado em tese teria direito. Dentre as atividades que ele desenvolve, se destaca a criação de galinha caipira, como são chamadas na região, criadas com o manejo camponês sem uso de medicação e ou insumos externos, onde já se coloca um primeiro desafio, construir um sistema autônomo.

A criação da galinha caipira como atividade principal, tem dado a Rodrigo a condição de se sustentar em seu lote, mesmo com a ausência de outras condições, a exemplo do acesso ao crédito por exemplo. Pela base de formação adquirida na relação do movimento e escola família agrícola, tem permitido ao jovem camponês desenvolver o sistema de produção com recursos que o lote dispõe e complementando com a relação

construída com a comunidade local. A principal fonte de renda tem sido a venda de ovos, produto de grande consumo na região e que na ausência dos ovos caipira, a população fica submetida a consumir o chamado ovo de granja produzido pelo agro carregado com todos riscos conhecidos, como a medicação intensamente tóxica das aves, que provoca a indução da produção precoce dentre outros danos à saúde trazido pela prática das granjas convencionais.

Atendendo a pauta do MPA, o governo do estado através do Projeto Pró Semiárido, a CPC Bahia apoiada pela CAR tem incentivado a recuperação de raças nativas de aves estruturando 19 (dezenove) aviários rústicos, com equipamentos e acompanhamento técnico. A prática de Rodrigo, demonstra a forma sustentável que muitas famílias camponesas têm desenvolvido ao longo do tempo e garantido o zelo à natureza e seus recursos e fundamentalmente à saúde humana e dos animais. E na interação desta atividade com outros subsistemas em sua unidade, gerando renda com equilíbrio, conhecimento praticando a agroecologia.

**Figura 38: Ninho das Galinhas utilizado para divulgação**



Fonte: arquivo do camponês assentado Rodrigo, 2020.

## 2.8. Café do Campesinato

A Bahia se destaca em quarto estado maior produtor de café do Brasil, a região sudoeste do estado destacam-se na produção os municípios de Ribeirão do Largo, Encruzilhada e Barra do Choça. Nesta região o Governo do Estado da Bahia tem atendido em alguma medida a pauta das organizações ligadas a agricultura familiar para qualificar seu processo de produção, beneficiamento e comercialização do café. Dentre as organizações o MPA através da CPC Bahia, tem atuado fortemente para contribuir com a transição da produção convencional para a Agroecologia.

**Figura 39: café do campesinato embalado**



Fonte: arquivo CPC Bahia (2020)

Na Fazenda Sitio Novo, localizado no município de Barra do Choça, na região do Povoado Santo Antônio II, quilômetro 10 da BA-641, o camponês, Ismênio Rodrigues Gomes pratica a agroecologia há 15 anos em sua propriedade. A fazenda Sitio Novo tem uma área de 20 hectares, sendo 6 hectares de pastagem, 3 hectares de reserva natural 8 hectares

de café consorciado e 3 hectares de área limpa para plantios de safra.

O senhor Ismênio é pai de cinco filhos, todos adultos que se formaram em outras atividades que não estão relacionadas à produção agrícola, por isso ele administra as atividades da sua área sozinho. No entanto, ele conseguiu ao longo da prática agrícola e a conexão com o MPA fortalecer as ações que têm enriquecido constantemente chegando a um seu sistema de produção bastante variado, além do café é produzido banana, aipim, batata doce, jaca, laranja e tangerina, feijão e milho, e tem uma pequena criação de galinhas e gado. Boa parte do seu cafezal é arborizada com algumas variedades de árvores, é intercalado com outra cultura como bananeira. Toda sua produção é adubada apenas com adubo orgânico, esterco de gado, palha de feijão, palha de café e palha de milho extraído da própria propriedade, a limpa da lavoura é feita de enxada, carpideira de tração animal. O preparo do solo para o plantio é feito com trator agrário, arado e grade, o plantio é feito manualmente ou por plantadeira de tração animal, não se utiliza nenhum tipo de fertilizantes, agrotóxicos e pesticidas.

**Figura 40: lavoura de café de Sr Ismenio**



Fonte: arquivo CPC Bahia, 2020.

A maior parte dessa atividade ele consegue desenvolver só, mas durante alguns tempos de limpa ele contrata um diarista para ajudá-lo, e durante a colheita do café também cerca de cinco pessoas para ajudá-lo, pagando todos utilizando os recursos financeiros retirados da própria propriedade que se auto sustenta. Ele até poderia deixar desenvolver a atividade de agricultor e ir viver na cidade, mas não consegue deixar o prazer de produzir o alimento de sua família e de muitas outras famílias de forma saudável.

O senhor Ismênio já tem mais de 30 anos que vem adotando as práticas da agroecologia e aproximadamente há 15 anos tem recebido o apoio do MPA, através de orientação técnica, PRONAF, venda de parte da produção, essa parceria tem trazido bons resultados que tem deixado o senhor Ismênio bastante otimista. O seu principal desafio é conseguir reconhecer sua propriedade como uma propriedade agroecológica para que os seus produtos saiam da sua área com o registro de produtos orgânicos, valorizado assim os seus produtos e todo o seu esforço que é muito mais do que desenvolver a agricultura convencional.

Em graus diferentes, mas com o mesmo empenho, o MPA acompanha hoje mais de 60 famílias nos municípios de Barra do Choça-BA, Encruzilhada-BA e Barra do Choça-BA que estão comprometidas diariamente em transitar para uma produção do café agroecológico. Para além do acompanhamento técnico no cultivo do café, está em construção no município de Ribeirão do Largo uma Unidade de Produção de Bioinsumos para fomentar o processo de transição nesta região.

## 2.9. Quilombo Várzea Queimada

O Quilombo Várzea Queimada, situado no município de Caém – Ba, tem dado passos importantes desde a chegada do MPA na região (2004), travando lutas e conquistando água encanada para a região inteira, o reconhecimento do Território Quilombola, a Construção de Moradias Camponesas, a instalação da Agroindústria para Beneficiamento da Mandioca, a construção do Centro Comunitário dentre outras ações, que têm fortalecido a identidade, gerado liga na organização local das mais de 80 famílias moradoras do Quilombo e a organização produtiva de um grupo de Mulheres Quilombolas a partir do ano de 2016.

No quilombo a organização e protagonismo da juventude tem sido muito importante ao tempo que traz esperança aos mais velhos, que enxergam a possibilidade da preservação dos saberes, do cultivo da memória e fundamentalmente da formação de uma geração comprometida com as causas coletivas do território e da região. A vinculação destes ao trabalho de base realizado pelo MPA tem sido combustível para afirmação identitária e a superação das dificuldades econômicas por meio de práticas que dialogam com as condições e limites da comunidade.

Figura 41



Fonte: Arquivo MPA Bahia, 2021.

Dentre as conquistas do Quilombo o acesso a Políticas Públicas, especialmente o Programa Pró Semiárido executado pela CAR/SDR com apoio do FIDA/BM, oportunizou a construção do Grupo de Interesse no beneficiamento da mandioca que recebeu o nome de uma das anciãs do Quilombo, a saudosa Inocência, popularmente conhecida como Tia Luquinha, a qual foi homenageada com o delicioso biscoito de goma (como produto principal) produzido pelo Grupo de Mulheres (conhecida como o grupo do biscoito Tia Liquinha) do Quilombo Várzea Queimada.

A sensibilização aconteceu quando o grupo participou de um intercâmbio em Itapicuru - Filadélfia, em meados de 2018, decidiram que formariam um grupo para produção do biscoito uma vez que existia muitas mulheres dispostas e a matéria prima em abundância. Início de 2019, as mulheres iniciam com 20 mulheres, sendo atualmente o grupo composto por 13 mulheres e 01 homem.

Este grupo que inspira e anima o Quilombo, é resultado de uma caminhada de muito suor e alimentado de muitos sonhos coletivos que almejam a superação das condições precárias de vida a qual a comunidade historicamente foi submetida e dar alegria ouvir nos depoimentos o orgulho de ter em cada conquista o sabor da luta. Assim, o “grupo do biscoito Tia Liquinha” se firma num percurso que segue um horizonte da autonomia econômica, social e política. Tendo a agroecologia como pilar, como práticas no cotidiano do cuidado com a terra e da relação entre os moradores/as da comunidade.

A agroecologia tem sido linha mestra que orienta as práticas diárias em suas roças, seus quintais e nas relações entre geração, entre homens e mulheres que cultivam e compartilham os espaços coletivos com fraternidade. Nota-se que os resultados deste trabalho não se limita ao ganho financeiro das mulheres diretamente envolvidas, mas a valorização do grupo, como afirma a jovem Josy:

*“antes quando começamos as mulheres que estão inseridas não se valorizavam, gerou liberdade, auto confiança, hoje é perceptível que as mulheres entenderam que podem, que conseguem, o que mudou muito foi a auto estima, estamos colhendo frutos da nossa resistência, a resistência das mulheres, e isso também é agroecologia, não é só produzir sem veneno, mas também o fato de estar juntas, produzindo um alimento com história e com luta”.*

**Figura 42: grupo fazendo demonstração**



**Figura 43: amostra do biscoito**



Fonte: arquivo do grupo de biscoito Tia Liquinha, 2021.

## 2.10. Importância da apicultura para a transição Agroecológica na comunidade de Lagoinha, município de Presidente Jânio Quadros.

O trabalho desenvolvido pelo grupo de apicultores e apicultoras da comunidade Lagoinha, município de Presidente Jânio Quadros-BA tem inspirado aqueles e aquelas que querem transitar para uma produção agroecológica. Trata-se de uma iniciativa da comunidade apoiada pelo MPA a partir do ano 2010. A ação foi ampliada com projeto executado pela Cooperativa Mista de Produção Camponesa da Bahia (CPC Bahia) que ancorado na capacitação teórica e prática impulsionou um processo de transição agroecológica na comunidade, resultando na redução do uso de agrotóxicos, e a dedicação no cuidado e preservação da natureza da saúde e da vida. Muito embora haja fragilidades nesse processo identificadas pela comunidade como perspectiva para construção da agroecologia.

No semiárido a atividade apícola, tem se confirmado pelos resultados práticos como umas das atividades mais importantes por razões diversas, pela viabilidade econômica, pelo enriquecimento nutricional da alimentação humana e pelo zelo e cuidado ao meio ambiente.

Este mesmo projeto à época financiado pela CAR, abrange o Território de Identidade do Sudoeste Baiano (Cândido do Sales-BA, Ribeirão do Largo-BA, Encruzilhada-BA, Tremedal-BA, Anagé-BA, Aracatu-BA, Presidente de Jânio Quadros-BA); Bacia do Jacuípe (São José do Jacuípe-BA) e Piemonte da Diamantina (Caém-BA e Jacobina-BA), através de uma rede formada por técnicos e agentes multiplicadores, beneficiando 300 (trezentas) famílias com 10 (dez) colmeias cada, para além das mais de cento e trinta (130) famílias que já desenvolviam a

atividade apícola nas comunidades beneficiadas instalando 09 Unidades Básicas de Beneficiamento de Mel (UBM) com um potencial produtivo de cerca de sessenta (60) toneladas de mel anual.

A comunidade de Alagoinha conta hoje, com o número de 16 apicultores e apicultoras, sendo que, os (as) mesmos (as) contam com Assistência Técnica contínua, a partir da contribuição do MPA e da CPC. Atualmente a UBM está passando pelo processo de regularização na expectativa de adquirir o Serviço de Inspeção Estadual (SIE), a conquista deste selo será um grande avanço na comercialização, já que a partir dele, os apicultores e apicultoras poderão comercializar o mel por todo o estado.

**Figuras 44 e 45: Imagens do apiário, da colheita, da atividade de campo e do mel embalado.**



Fonte: Arquivo CPC/MPA, 2022.

A comunidade em diálogo com outras comunidades que tem igualmente praticado a atividade apícola na região sudoeste da Bahia tem dado passos para ampliar o potencial apícola da região construindo um entreposto de mel para agregar valor ao mel e beneficiar outros subprodutos da apicultura. Estas ações articuladas entre as comunidades o MPA e a CPC têm reafirmado o lugar da atividade na renda das famílias,

na qualificação da alimentação e no cuidado em manter a mata em pé.

No curso da atividade na comunidade é visível o processo de transição agroecológica, pelas práticas sócio econômicas, culturais e ecológicas construídas em torno da atividade. Primeiro a apicultura não se pratica sozinho, desde a captura, revisão periódica, colheita, são tratos que não se aplica sozinho(a), ou seja, necessariamente requer o mínimo de coletividade para desenvolvimento da atividade.

O trato, manejo agrícola da região automaticamente requer práticas que preserve o “pasto apícola” seja pelo não desmatamento ou até mesmo pelo recaatingamento, pelo não uso de agrotóxicos, que muitas vezes não apenas do próprio camponês (apicultor), mas da vizinhança se considerarmos a estrutura mini fundiária que predomina no semiárido brasileiro, ou seja, preservar e recuperar a vegetação regional passa a ser interesse especial dos que praticam a atividade, inicialmente este interesse poderá estar intrinsecamente movido pelo resultado econômico a ser agregado ao sistema, à renda da família (acredito aqui existir um fator que requer uma atenção permanente no processo de transição da consciência). O resultado econômico agregado à renda da família sem dúvidas poderá influir na gradual melhoria das condições de vida da família.

A apicultura se coloca também como um subsistema dentre inúmeros que pode ou deve compor o sistema camponês de produção, ou seja, não exige e até mesmo não desenvolve sem o consórcio, além da necessidade da florada a polinização realizada pelas abelhas é fundamental para o aumento da real da produtividade das lavouras, dos quintais. O apiário deve, preferencialmente, ser instalado: (1) no entorno de Áreas de Preservação Permanentes (APPs); (2) próximo a Reservas Legais; (3) ou ainda, em conformidade com sistemas agroflorestais (AGUILAR-MONGE 2001), sobretudo devido à função das abelhas como

polinizadores; (4) próximo a hortas e cultivos de plantas medicinais; (5) ao redor de cultivos conduzidos a partir de tecnologias alternativas limpas, sem uso de agrotóxicos e distante de culturas modificadas geneticamente. Procura-se, desta forma, que a apicultura seja uma atividade inserida no arranjo produtivo dos agroecossistemas.

Numa perspectiva socioeconômica, algumas estratégias de comercialização evoluíram para minimizar os riscos econômicos relacionados à venda dos produtos provenientes da Apicultura na Bahia, tendo a CPC Bahia como a principal ferramenta que os/as camponeses (as) da Rede Camponesa de Agroecologia da Bahia (270 famílias diretamente ligadas pela atividade apícola) tem na mira para superar os embaraços históricos gerados pelos atravessadores/as. Por outro lado, também há que se superar o lugar do Mel na mesa do povo nordestino/brasileiro, pois historicamente foi reduzido ao consumo como remédio, o que já é muito importante desde uma perspectiva da medicina popular, entretanto, o mel pelo valor nutricional deve, ocupar o seu lugar enquanto alimento. Na comunidade de Lagoinha, bem como nas demais comunidades parte deste projeto nota-se uma evolução crescente rumo a transição agroecológica, muito embora alguns desafios importantes sigam presentes.

**Figuras 46 e 47: Imagens do apiário, da colheita e da atividade de campo e do mel embalado.**



Fonte: Arquivo CPC/MPA, 2022.

## 2.11. Projeto Laboratório vivo

Essa experiência se viabiliza em função do apoio parcial do MCTI/MAPA/MEC/MMA/SEAD/ CNPq chamada Agroecologia Nº 21/2016 através da UFRB/Licenciatura em Educação do Campo. Considera-se uma conquista da parceria entre o Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo (NEA) e a comunidade de Micaela no município de Caém, base do MPA. Com isso, atendendo uma das pernas do Tripé da Universidade, a Extensão, bem como o ensino e a pesquisa nas comunidades.

**Figura 48: mutirão para implantação sistema PAIS.**



Fonte: imagens produzidas pelo técnico agrícola e camponês acampado Anderson Secundo, 2018.

O Projeto viabilizou a implantação de uma Unidade de Produção Agroecológica (UPA), a Tecnologia Social, Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), projeto intitulado de Laboratório Vivo, que tem por objetivo fomentar e potencializar pesquisas e ações formativas dos camponeses sobre Agroecologia e Tecnologias Sociais tendo em vista a Soberania Alimentar dos povos dos campo e da cidade, a partir da implantação das UPAs, onde residem estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo e que são membros do NEA.

Um dos fatores da escolha da comunidade para esta experiência foi a tradição do mutirão, pois a maioria dos membros que tocam a atividade, são famílias da base do MPA desde 2005 quando iniciou a luta pela água encanada, um dos laboratórios da luta por água encanada nas comunidades rurais do semiárido baiano. As famílias foram motivadas para ver como funciona essa nova forma de produção entre cultivo de hortaliças e a criação de aves (galinhas).

O Sistema PAIS articula um conjunto de elementos que interagem no equilíbrio do sistema, a saber: as aves se alimentam da produção da folhagem e dos insetos que circulam na horta, produzem ovos e carne e o esterco produzido por elas é aproveitado para adubar os canteiros. Este sistema busca harmonizar o ecossistema potencializando renda para as famílias com tecnologias e equipamentos relativamente baratos e acessíveis.

Por se tratar de uma “desenho” novo não só para o município, mas também para a micro região, inicialmente sensibiliza toda a comunidade pelas curiosidades, mas com o passar do tempo veremos quantas famílias e ou pessoas tenham se integrado ao manejo do sistema e garantindo a continuidade das colheitas. Espera-se que essa UPA sirva de modelo tanto para a comunidade quanto para o município e bem como a região sistema sustentável e viável para os/as camponeses/as.

**Figuras 49 e 50: mutirão para implantação sistema PAIS.**



Fonte: imagens produzidas pelo técnico agrícola e camponês acampado Anderson Secundo, 2018.

## 2.12. Mutirão contra a fome na Bahia

Ao se constituírem dentro de um território e ao redor de uma comunidade, os/as camponeses/as, em sua formação sócio histórica, constroem suas relações de vida, produção e família com base em algumas dimensões e princípios que formam a consciência familiar, política e organizacional camponesa. Estes princípios vão da relação de “parentesco, localidade, sentimento de pertencimento (TONNIES, 1944, apud SABOURIN, 2009, p. 48) e reciprocidade” e esta construção conduziu inúmeras formas de resistência ao modo de produção capitalista e às mazelas por ele produzidas durante os tempos.

Mesmo com a diversidade de povos e formas de lutar, a partir destes princípios e da constituição de um modo de vida e de se relacionar próprios do campesinato estruturou valores que forjaram uma forma de agir, produzir alimentos e pensar coletivamente no seio das suas comunidades. Relações comunais, comunitárias de base camponesa foram se consolidando e marcaram todos os processos de luta camponesa e seus povos e é, a partir disto, que projetam o seu agir político, movimentando-se, a partir de fortes laços de vizinhança, de solidariedade que só a formação de consciência de base camponesa pode oferecer, recriando ao longo da história e afirmando a identidade política do campesinato brasileiro, das comunidades e seus povos até os movimentos sociais camponeses.

Considerando o cenário anunciado pelo IBGE do retorno do Brasil ao Mapa da Fome, somada à postura de desmonte das Políticas e das Privatizações do Governo Bolsonaro, a Direção Nacional do MPA deliberou por lançar à sociedade brasileira a Campanha Mutirão Contra a Fome. Uma Campanha de arrecadação e distribuição de alimentos para a população em situação de fome, prioritariamente os bairros populares

nos grandes centros urbanos. Assume um caráter provisório, muito embora permaneçamos em mutirão até quando haja alguém com fome em nosso país. Com o objetivo de reduzir os impactos na vida das pessoas que não produzem e que não tem trabalho para se auto sustentar. A campanha se realiza nos diversos estados do país, nos territórios onde atua o MPA Brasil. Metodologicamente, envolve-se um conjunto de atores, desde lideranças da base às direções estaduais e nacional, numa construção coletiva junto a outras organizações sociais, sindicatos aliados e setores da sociedade, bem como outras campanhas que fortaleçam a capacidade de produção, arrecadação e oferta de alimentos a quem precisa.

Figura 51: Doação ao Movimento ao MSTB, Maio/2020.



Fonte: arquivo MPA Bahia, 2021.

Como parte organizativa deste processo do Mutirão, temos os Comitês Populares do Alimento (CPAs). Estes se colocam como instrumento essencial, pois organizam os/as trabalhadores/as na produção e arrecadação dos alimentos, para, em seguida, operacionalizar a Campanha e, neste processo, articular o enfrentamento à fome, com o estímulo aos valores de solidariedade de classe e organização popular, pois não existe produção de alimentos sem organização popular territorial.

Na Bahia, entre os meses de abril de 2020 e abril de 2021, foram entregues um total de 139.518 (cento e trinta e nove mil e quinhentos e dezoito) quilos de alimento, totalizando 5.354 (cinco mil, trezentos e cinquenta e quatro cestas), beneficiando moradores de Quilombos, Sem Teto, Atingidos por Mineradoras, estudantes e moradores/as da periferia, somando 48 ações realizadas neste período. Para que estas ações sejam realizadas foram articulados os produtos de base familiar e agroecológica dos municípios de Salvador-BA, Cachoeira-BA, Pedro Alexandre-BA, Ribeirão do Largo-BA, Nordestina-BA, Vitória da Conquista-BA, Valença-BA, Teolândia-BA, Presidente Tancredo Neves-BA, Lençóis-BA, Caém-BA, Capim Grosso-BA, São Francisca do Conde-BA. Contemplando 07 (sete) Territórios (Metropolitano, Reconcavo, Semiárido 02, Baixo Sul, Chapada, Piemonte da Diamantina, Sudoeste e Sisal).

Neste mutirão contou-se com diversos parceiros, podendo destacar o Sindipetro, LPJ - Levante Popular da Juventude, APUB - Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia, MAB – Movimento dos Atingidos Por Barragens, CARITAS Ne – Ba e Se, Igreja Adventista, Cesol Baixo Sul, CPT - Comissão Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores/as de Nordestina, Grupo Samba de Mesa, Agentes de Pastoral Negros – APNs, Cantor e Missionário Elias de Jesus, Grupo Artesãs do Grupo Sonho Meu – Valença, COOMAFES - Cooperativa das Mulheres da Agricultura Familiar e Economia Solidária, Coalizão Negra, Companhia Ecumênica de Serviços (CESE), Associação da Comunidade de São Paulino, Organização Uni Social Mulher, Grupo Sonho Meu, Grupo Força Unida Assoc. Unidos do Entroncamento COOMAFES, Grupo Produtos da Nossa Terra, ACECAF, Assoc. da Aldeia de São Fidelis, Grupo Delícias do Campo, Sindicato dos Servidores Públicos de Presidente Tancredo Neves, SINTRAF, Associação do Riachão do Meio, APROTUM, Moradores do Povoado de Moenda, Riacho do Caboclo e

Comunidade do KM 85.

As informações trazidas como parte desta experiência que segue sendo desenvolvida pelo MPA em articulação crescente com um conjunto de organizações destaca um princípio fundamental não só do campesinato, mas da classe trabalhadora que é a solidariedade. E este grande mutirão constrói vários significados, saciar a fome com alimento saudável produzido por mulheres e homens do campo baiano, fortalece a economia local de quem produz e constrói aprendizados que sem dúvidas somaram na construção de uma política do Abastecimento Popular de Alimentos e da Agroecologia.

**Figura 52 e 53: Doação ao Movimento ao MSTB, Maio/2020.**



Fonte: arquivo MPA Bahia, 2021.

## 2.13. Raízes do Brasil na Bahia

O Raízes do Brasil surge como um espaço organizado pelo MPA para intermediar a comercialização dos alimentos agroecológicos na cidade do Rio de Janeiro, transformando-se em uma rede nacional ampliando seu objetivo e sua presença no Brasil, direcionando suas ações para organizar a comercialização e o abastecimento alimentar territorial.

O projeto se materializa inicialmente no Rio de Janeiro, dando início às atividades de encontro e comercialização em maio de 2017, após o I Congresso Nacional do MPA realizado em outubro de 2015 em São Bernardo do Campo – SP. O foco foi oportunizar a oferta de produtos agroecológicos ao público urbano a partir de um espaço que gere uma relação de proximidade, de aliança entre os trabalhadores/as. Pensado como um espaço que possibilite o consumo, a degustação, a cultura, a prosa, a política. Além de se consolidar como espaço de encontro e de debate, de vivência da cultura nacional e latino-americana.

Dentre suas funções, o Raízes assumiu uma função de entreposto do Sistema de Abastecimento Alimentar Popular (SAAP) desenvolvido pelo MPA no RJ. Na casa ocorre duas feiras semanais, que atende em média 100 pessoas por semana, possui uma loja de produtos agroecológicos e é de onde se organiza a Cesta Camponesa e o estoque de secos para o sistema de distribuição de alimentos. O Espaço Raízes do Brasil constitui-se em um espaço permanente de intercâmbio sobre os temas relacionados à alimentação, à música/cultura popular latino-americana e aos temas cruciais da política nacional. Aliado a isto, o Raízes do Brasil do RJ articula algumas dimensões essenciais: alimentação, cultura, hospedagem, loja da agricultura camponesa e feiras agroecológicas.

Pelo amadurecimento ao longo dos seus 5 anos de construção, o

Movimento articula e propõe que o Espaço Raízes do Brasil se torne se transforme em uma Rede Razies construído nos estados a partir do MPA nos estados.

Durante o início da pandemia, os/as camponeses/as que lutam e se organizam no MPA do estado da Bahia, com o recuo das feiras agroecológicas, perdas de programas/políticas públicas e diversos espaços de comercialização, sentem o agravamento das dificuldades de escoamento da sua produção de alimentos e, a partir daí, se desafiam na comercialização dos produtos na capital do Estado da Bahia: na cidade do Salvador.

Figuras 54 e 55



Fonte: Raízes do Brasil, 2022.

E deste desafio se dá pela criação de uma plataforma digital de comercialização Raízes do Brasil e tem por objetivo a comercialização de cestas camponesas de produtos agroecológicos viabilizando o escoamento da produção da agricultura que trabalha e reside, principalmente, no sudoeste, centro norte, baixo sul e recôncavo da Bahia e com isto inicia-se às ações dos/as camponeses/as pelo Raízes do Brasil.

Esta ação conta com a contribuição de vários parceiros, a exemplo dos/as consumidores/as urbanos, do SASOP, Comunidade Kolping, Sindicato dos Professores das Instituições Federais de Ensino Superior da Bahia (APUB Sindicato), Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro Bahia) e tantos outros.

**Figuras 56 e 57**



Fonte: Raízes do Brasil, 2022.

O Espaço Raízes no Pelô dispõe de uma estrutura para a qual se projeta os seguintes serviços:

- a) Barzinho;
- b) Loja para os produtos agroecológicos;
- c) Eventos;

A retomada do Raízes e a sua consolidação é algo sonhado e desejado pela militância do MPA e inúmeras pessoas e organizações parceiras que tem acompanhando a trajetória desta construção. Organizar espaços como esses na cidade é um grande desafio para o movimento, entretanto, ajustar produção e consumo é uma tarefa

necessária para alimentar o país, assim como, debater com a cidade o significado da lógica de produção de alimentos alicerçada no agronegócio com forte matiz exportador e a produção de alimentos voltada para nas necessidades do povo brasileiro. O MPA está convencido que é fundamental que a cidade entenda, discuta e construa politicamente mecanismos de consumo solidificados no fortalecimento do poder popular, para isso, é necessário que a cidade conheça mais o campesinato, seus dilemas, sonhos e lutas.

O horizonte do Movimento é que esta experiência siga abrindo espaços como esses em outras cidades do estado da Bahia, fomentando uma grande rede de intercâmbio e produção cultural, de criação e aprimoramento de experiências de circulação de alimentos em redes curtas de distribuição. Recuperando o significado do alimento e criando proximidade entre quem produz e quem consome.

Dentre os desafios, estão a ausência de capital de giro para construção ou fortalecimento de experiências como esta; a construção de centrais cooperativas para operação da comercialização através do ato cooperado; instrumentos de gestão com o devido respaldo jurídico que assegure e fortaleça o fluxo desta relação campo e cidade a partir do alimento saudável e de relações econômicas justa.

**Figuras 58 e 59**



Fonte: Raízes do Brasil, 2022.

## 2.14. Rede Camponesa de Agroecologia: uma experiência organizativa

Com base em documento interno (MPA, 2018), em 2018 a rede estava composta por 29 entidades, sendo 19 Associações de Agricultores Familiares, 03 Assentamentos da Reforma Agrária, 02 cooperativas, 02 entidades de Povos e Comunidades Tradicionais, 02 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, 01 organização de esporte, reúne-se ordinariamente 2 vezes ao ano, geralmente alternando o local de realização entre as duas regiões citadas acima com o objetivo de avaliar e planejar, bem como inserir ou retirar organizações e entidades da Rede, enquanto a coordenação executiva reúne-se ordinariamente num intervalo de três meses e sempre que necessário, tendo pontualmente profissionais contratados por uma mais entidade da Rede por prestação de Serviço para determinados projetos.

A Rede Camponesa de Agroecologia do MPA na Bahia, assume a *missão de*: Promover práticas e contribuir na construção de programas e políticas públicas para Convivência com cada Bioma; promover, estimular e praticar a produção agroecológica entre os participantes de sua base social organizada; promover as mais variadas formas de cooperação; combater e buscar alternativas ao uso de venenos agrícolas; buscar formas de comercialização da produção agroecológica; promover, estimular e praticar a biodiversidade e os sistemas camponeses de produção em todos os níveis em sua base social; promover e disseminar o cultivo, a criação e o uso de sementes, mudas e raças de animais, crioulas e varietais; formar e capacitar camponeses, camponesas e agentes técnicos, visando constituir massa crítica e rede de informações em agroecologia e agricultura camponesa, contemplando todas as fases, desde a produção, passando pelo beneficiamento e industrialização, até à

logística de transporte, armazenagem, comercialização e abastecimento; promover formas de disponibilização de matérias primas visando a criação e consolidação de novas rotas de insumos que viabilizem a produção agroecológica.

Na trajetória da Rede Camponesa de Agroecologia da Bahia, estima-se mais de 5 mil camponeses/as diretamente envolvidos, através da participação direta em ações como: Projeto Construção de 30 casas de Sementes no Sudoeste da Bahia; Projetos de Ater; Construção de 09 Unidades de Beneficiamento de Mel com kits familiares incluindo 1820 colmeias; Aquisição de 80 Estufas Familiares para secagem do café; Execução do Projeto Pró Semiárido junto ao governo do Estado nos municípios de Caém, Jacobina e Várzea Nova; 01 Ponto de Cultura em Várzea Queimada - Caém; 01 Unidade Extrativista - Beneficiamento do Licurí no Quilombo de Várzea Queimada – Caém; Construção de mais de 1000 moradias Camponesas através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); Aquisição de 13 equipamentos agrícolas adequados ao contexto familiar sob gestão das comunidades; implantação de 16 campos irrigados para resgatar e multiplicar as sementes crioulas (MPA, 2018); Execução do Projeto Redes de Sementes ampliando para o trabalho com sementes animais; Construção de 01 entreposto para o Mel em Vitória da Conquista. São algumas das lutas que se tornam realidade para centenas de famílias camponesas que se dispõem ao princípio da luta, organizada pelo MPA.

Nesta caminhada de pouco mais de 20 (vinte) anos de construção do MPA na Bahia, inúmeros foram as ações diretas nas comunidades camponesas, nas comunidades urbanas das mais diversas formas, expressando o que a militância do movimento tem tomado como “missão” que é produzir alimento saudável para alimentar o povo brasileiro.

### 3. **Aprendizados e desafios**

As 14 experiências abordadas nessa cartilha, com suas especificidades, expressam o compromisso do MPA em irradiar a agroecologia e construção de processos organizativos que construam soberania alimentar desde seus territórios de atuação, pois a agroecologia para ser desenvolvida precisa de uma base territorial organizada e ativa na construção de um outro modelo de sociedade e agricultura. Cada experiência é portadora de muitos ensinamentos e saberes, seja no êxito de cada uma delas, assim como pelos desafios por elas apresentados.

As experiências se conectam e se encontram nas práticas de manejo agroecológico, no mutirão, em nossos espaços de comercialização como as feiras e o Raízes do Brasil, produzindo saberes e fazeres que chegam às universidades e aos nossos espaços de formação.

Aqui não estão sistematizadas todas as nossas experiências, sendo apenas o início de um importante e necessário processo de sistematização revelando um pouco do que o povo organizado é capaz de fazer.

Com os elementos centrais de cada experiência aqui compartilhadas, fica o convite ao intercâmbio para conhecer e pensar novas práticas que acumulem para vivência de novas experiências socioprodutivas que estão sendo, cotidianamente, construída por muitas mãos de mulheres, homens, jovens, campo e cidade engajados em seus espaços de atuação, luta e resistência. Estas experiências compartilhadas são o ponto de partida para socialização de alguns pontos de resistência,

pelos territórios, do fazer agroecologia e semear saberes e soberania no enfrentamento territorial contra o monopólio do capital do campo.

**Todas as imagens utilizadas nesta cartilha possuem Termo de Autorização**

## Referências bibliográficas

CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

COSTA, Maria José. **Construção do Plano Camponês: Experiências de políticas públicas de desenvolvimento para o campo brasileiro**. Maria José da Costa.- Presidente Prudente.[s.n] 2014.

CARVALHO, Horácio Martins de; STEDILE, João Pedro. **Soberania alimentar: uma necessidade dos povos**. 2011.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. **A resistência dos pequenos gigantes: a Luta e a organização dos pequenos agricultores**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. MPA. [Site institucional]. Disponível em: <https://mpabrasil.org.br/historico/>> Acesso em: 10 de dezembro 2021.

MPA. **Resoluções e Compromissos do I Congresso do MPA**. São Paulo. 2015.

MPA. **Diagnóstico base para o planejamento do MPA na Bahia de 2016 a 2020**. 2016.

MPA. **Plano de trabalho do Coletivo de Soberania Alimentar do Movimento de Pequenos Agricultores – MPA para 5 anos**. Com destaque para o cronograma de trabalho 2021-2022. 2021.

SILVA, Leila Santana. **Do Acampamento da Seca ao Programa Camponês: uma contribuição do MPA no processo político – social do nordeste e seu campesinato à luz do contexto agrário**. UNESP. 2017.

SANTOS, Gilfredo Silva. SILVA, Leila Santana. SILVA, Leomárcio Araújo da. SILVA, Flávia Vitória de Jesus. SOUSA, Claudiano José. **Experiência Agroecológica do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA): Semeando soberania a partir da produção de sementes crioulas da Bahia**. II SIMPÓSIO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: entre a teoria e a prática, articulações e resistências. 2017. Disponível em: <https://alunoexpert.com.br/procedimentos-metodologicos/>.

## Anexos

Quadro 1: Territorialização do MPA na Bahia

TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	MICRO REGIONAL	MUNICÍPIOS COM PRESENÇA DO MPA
BACIA DO JACUÍPE	MANDACARU	Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça, Várzea do Poço.
MÉDIO RIO DE CONTAS	ZÉ NOVAIS	Aiquara, Apuarema, Barra do Rocha, Boa Nova, Dário Meira, Gongogi, Ibirataia, Ipiaú, Itagi, Itagiba, Itamari, Jequié, Jitaúna, Manoel Vitorino, Nova Ibiá, Ubatã.
MÉDIO SUDOESTE DA BAHIA	LINDAURA LACERDA	Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Nova Canaã, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória.
PIEMONTE DA DIAMANTINA	MANDACARU	Caem, Capim Grosso, Jacobina, Serrolândia.
PIEMONTE DA DIAMANTINA	PE. JOSÉ	Mirangaba, Ourolândia e Várzea Nova.
PIEMONTE DO PARAGUAÇU	DESLOCADO DAS REGIONAIS	Boa Vista do Tupim, Iaçú, Ibiquera, Itaberaba, Itatim, Lajedinho, Macajuba, Mundo Novo, Piritiba, Rafael Jambeiro, Rui Barbosa, Santa Terezinha, Tapiramutá
PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	ZUMBI	Andorinha, Antonio Gonçalves, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo, Senhor do Bonfim.

PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU	MANDACARU	Caldeirão Grande
SERTÃO PRODUTIVO	UMBUZEIRO	Brumado, Caculé, Caetitê, Condeubas, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí, Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi.
SISAL	ZUMBI	Araci, Barrocas, Biringinga, Candeal, Cansanção, Conceição do Coité, Ichu, Itiúba, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente.
VELHO CHICO	DESLOCADO DAS REGIONAIS	Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Muquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho, Sítio do Mato.
TERRITÓRIO DO SUDOESTE/VITÓRIA DA CONQUISTA	ZÉ NOVAIS	Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Bom Jesus da Serra, Caetanos, Caraíbas, Condeúba, Cordeiros, Encruzilhada, Guajeru, Jacaraci, Licínio de Almeida, Maetinga, Mirante, Mortugaba, Piripá, Planalto, Poções, Tremedal, Vitória da Conquista.
SUDOESTE	UMBUZEIRO	Aracatu.
MÉDIO SUDOESTE	LINDAURA LACERDA	Cândido Sales, Presidente Jânio Quadros, Ribeirão do Largo.

RECÔNCAVO	RECÔNCAVO	Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antonio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passe, Sapeaçu, Saubara, Varzedo.
-----------	-----------	--

CHAPADA	'CHAPADA'	Lençóis e Morro do Chapéu.
---------	-----------	----------------------------

METROPOLITANO	METROPOLITANO	Salvador.
---------------	---------------	-----------